

ANEXO I

Principais instrumentos do Quadro de Referência Estratégico (QRE) e respetivos objetivos.

Objetivos estratégicos do PNPOT

Plano Nacional da Política de Ordenamento Territorial (PNPOT) - Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) é o instrumento de topo do sistema de gestão territorial, define objetivos e opções estratégicas de desenvolvimento territorial e estabelece o modelo de organização do território nacional. O PNPOT constitui-se como o quadro de referência para os demais programas e planos territoriais e como um instrumento orientador das estratégias com incidência territorial.

Objetivos Estratégicos

O PNPOT apresenta os seguintes **objetivos/desafios**:

- **Gerir os recursos naturais de forma sustentável**
 - Valorizar o capital natural
 - Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano
 - Aumentar a resiliência socioecológica
- **Promover um sistema urbano policêntrico**
 - Afirmar as metrópoles e as principais cidades como motores de internacionalização e competitividade externa
 - Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna
 - Promover a qualidade urbana
- **Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial**
 - Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral
 - Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica da globalização
 - Promover o desenvolvimento transfronteiriço
- **Reforçar a conectividade interna e externa**
 - Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica
 - Reforçar e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade
 - Dinamizar as redes digitais
- **Promover a governança territorial**
 - Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível
 - Promover redes colaborativas de base territorial
 - Aumentar a Cultura Territorial

Objetivos Estratégicos da ENDS

Estratégia Nacional Para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) - RCM n.º 109/2007, de 20 de agosto

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) para o período 2005/15 consiste num conjunto coordenado de acções que, partindo da situação atual de Portugal, com as suas fragilidades e potencialidades, permitam assegurar um crescimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social, e um elevado e crescente nível de proteção e valorização do ambiente.

Objetivos principais

A ENDS apresenta os seguintes objetivos:

- Qualificação dos portugueses em direção à Sociedade do Conhecimento;
- Economia sustentável, competitiva e orientada para atividades de futuro;
- Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural;
- Organização equilibrada do território que valorize Portugal no espaço Europeu e que proporcione qualidade de vida;
- Dinâmica de coesão social e responsabilidade individual;
- Papel Cativo de Portugal na Cooperação para a Sustentabilidade Global;
- Administração Pública mais Eficiente e Modernizada.

Objetivos Estratégicos do ENCNB 2030

Estratégia nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 (ENCNB2030) - RCM n.º 55/2018, de 7 de maio

A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030 (ENCNB 2030) assenta no reconhecimento de que o património natural português concorre decisivamente para a afirmação do país internacionalmente e, deste modo, contribui para a concretização de um modelo de desenvolvimento assente na valorização do seu território e dos seus valores naturais.

Objetivos Gerais e Opções estratégicas

A ENCNB é um documento centrado em três vértices estratégicos:

- Melhorar o estado de conservação do património natural;
- Promover o reconhecimento do valor do património natural; e
- Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade pela sociedade

Para a concretização dos objetivos acima expostos a ENCNB formula **os seguintes objetivos estratégicos**:

- Consolidar o SNAC e promover a sua gestão partilhada;
- Assegurar que as espécies (flora e fauna) e os *habitats* protegidos melhoram o seu estado de conservação ou tendência populacional;
- Programar e executar intervenções de conservação e de recuperação de espécies (fauna e flora) e *habitats* ao nível nacional;
- Reforçar a prevenção e controlo de espécies exóticas invasoras a nível nacional e no quadro da EU;
- Assegurar e promover a conservação da diversidade genética animal e vegetal;
- Reforçar o quadro legal de regulamentação da conservação da natureza e biodiversidade;
- Reforçar o cumprimento das normas legais de conservação da natureza e da biodiversidade;
- Reforçar a investigação e inovação orientada para as prioridades de política conservação da natureza, incluindo para a colmatação de lacunas de conhecimento de base;
- Garantir a estruturação de um sistema coerente e útil de monitorização continuada do estado de conservação dos valores naturais;
- Aumentar a visibilidade e perceção pública do valor do património natural e dos serviços de ecossistemas;
- Reforçar a diplomacia verde e a participação nacional na governação internacional da biodiversidade;
- Promover o mapeamento e avaliação da condição dos ecossistemas e melhorar a sua capacidade de fornecer, a longo prazo, serviços mais relevantes para o bem-estar humano;
- Evidenciar a economia da biodiversidade e dos ecossistemas, em particular o seu papel para o desenvolvimento sustentável e qualidade de vida;
- Aumentar o investimento público em conservação da natureza e biodiversidade;
- Consolidar o contributo dos instrumentos fiscais para a conservação da natureza e utilização sustentável da biodiversidade,

- Assegurar aplicação coerente dos sistemas de incentivos e subsídios com os objetivos de conservação e utilização sustentável da biodiversidade;
- Aprofundar o contributo da agricultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade;
- Aprofundar o contributo da silvicultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade;
- Garantir a utilização sustentável dos recursos marinhos;
- Promover e articular a integração dos objetivos da conservação da natureza e biodiversidade nos planos, programas, instrumentos e normas do espaço marítimo;
- Garantir a utilização sustentável dos recursos em águas interiores e sistemas fluviais;
- Promover a articulação das metas de clima e energia com os objetivos de conservação da natureza e biodiversidade;
- Assegurar a conservação da biodiversidade e da geodiversidade nas atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos minerais;
- Promover a oferta e qualificação dos serviços no domínio do Turismo de Natureza, que concorram para a gestão sustentável dos territórios e salvaguardem o património natural e identidade cultural;
- Assegurar a sustentabilidade da utilização de recursos genéticos marinhos e terrestre;
- Assegurar a sustentabilidade das infraestruturas de transporte e comunicações;
- Aumentar a qualificação da oferta de produtos e serviços, integradores do património natural e cultural, contribuindo para a sustentabilidade da gestão dos territórios das áreas classificadas;
- Promover e valorizar a integração da conservação da natureza e da biodiversidade nas estratégias, políticas e processos operacionais das empresas;
- Garantir a integração dos objetivos de conservação da natureza e biodiversidade nos instrumentos de ordenamento, estratégias, planos e programas, assegurando a coerência de aplicação de regimes nas áreas classificadas e sua conectividade;
- Atualizar o regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental.

Objetivos Estratégicos do PSRN 2000

Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) - RCM n.º 115-A/2008, 21 de julho

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica que tem por objetivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território da União Europeia

Objetivos

São propostos como objetivos:

- Estabelecer orientações para a gestão territorial das zonas de proteção especial (ZPE) criadas pelo Decreto-Lei n.º 280/94, de 5 de novembro, e Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro, e dos sítios da Lista Nacional de Sítios, aprovada pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto, e 76/2000, de 5 de julho, integradas no processo da Rede Natura 2000;
- Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais integrados no processo de Rede Natura 2000, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território;
- Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats presentes nos sítios da Lista Nacional de Sítios nas ZPE;

- Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respectivas características e prioridades de conservação;
- Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies constantes dos anexos ao Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger;
- Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores;
- Definir as condições, os critérios e o processo a seguir na realização da avaliação de impacto ambiental e na análise de incidências ambientais a que se refere o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril.

Objetivos Estratégicos do PNEC 2030

Plano Nacional integrado Energia Clima 2030 - RCM n.º 53/2020 de 10 de julho

Constitui o principal instrumento de política energética e climática nacional para a próxima década rumo a um futuro neutro em carbono. O PNEC 2030 estabelece metas ambiciosas para o horizonte 2030 e concretiza as políticas e medidas para uma efetiva aplicação das orientações constantes do RNC2050 e para o cumprimento das metas definidas.

Objetivos

Principais Objetivos:

- **DESCARBONIZAR A ECONOMIA NACIONAL** - Assegurar uma trajetória de redução de emissões nacionais de GEE em todos os setores de atividade, designadamente energia e indústria, mobilidade e transportes, agricultura e florestas e resíduos e águas residuais, e promover a integração dos objetivos de mitigação nas políticas setoriais (mainstreaming)
- **DAR PRIORIDADE À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA** - Reduzir o consumo de energia primária nos vários setores num contexto de sustentabilidade e custo eficaz, apostar na eficiência energética e no uso eficiente de recursos, privilegiar a reabilitação e a renovação do edificado, e promover edifícios de emissões zero
- **REFORÇAR A APOSTA NAS ENERGIAS RENOVÁVEIS E REDUZIR A DEPENDÊNCIA ENERGÉTICA DO PAÍS** - Reforçar a diversificação de fontes de energia através de uma utilização crescente e sustentável de recursos endógenos, promover o aumento da eletrificação da economia e incentivar I&D&I em tecnologias limpas
- **GARANTIR A SEGURANÇA DE ABASTECIMENTO** - Assegurar a manutenção de um sistema resiliente e flexível, com diversificação das fontes e origens de energia, reforçando, modernizando e otimizando as infraestruturas energéticas, desenvolvendo as interligações e promovendo a integração, a reconfiguração e a digitalização do mercado da energia, maximizando a sua flexibilidade
- **ROMOVER A MOBILIDADE SUSTENTÁVEL** - Descarbonizar o setor dos transportes, fomentando a transferência modal e um melhor funcionamento das redes de transporte coletivo, promovendo a mobilidade elétrica e ativa e o uso de combustíveis alternativos limpos
- **PROMOVER UMA AGRICULTURA E FLORESTA SUSTENTÁVEIS E POTENCIAR O SEQUESTRO DE CARBONO** - Reduzir a intensidade carbónica das práticas agrícolas e promover uma gestão agroflorestal eficaz contribuindo para aumentar a capacidade de sumidouro natural
- **DESENVOLVER UMA INDÚSTRIA INOVADORA E COMPETITIVA** - Promover a modernização industrial apostando na inovação, na descarbonização, digitalização (indústria 4.0) e na circularidade, contribuindo para o aumento da competitividade da economia

- GARANTIR UMA TRANSIÇÃO JUSTA, DEMOCRÁTICA E COESA - Reforçar o papel do cidadão como agente ativo na descarbonização e na transição energética, criar condições equitativas para todos, combater a pobreza energética, criar instrumentos para a proteção dos cidadãos vulneráveis e promover o envolvimento ativo dos cidadãos e a valorização territorial

Objetivos Estratégicos da ENAAC 2020

Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC) - RCM n.º 56/2015, de 30 de julho, prorrogada até 31 de dezembro de 2025 pela RCM n.º 53/2020, de 10 julho

A Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas concretiza as orientações nacionais em matéria de políticas de adaptação às Alterações Climáticas.

Objetivos

A ENAAAC tem como objetivos:

- Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas - visa atualizar, desenvolver e promover o conhecimento sobre as alterações climáticas e avaliar os seus potenciais riscos, impactos e consequências, incluindo os relacionados com eventos meteorológicos extremos
- Implementar medidas de adaptação - pretende-se avaliar a atual capacidade de adaptação e priorizar a implementação de opções e medidas de adaptação que moderem futuros impactos negativos e/ou ajudem a aproveitar oportunidades decorrentes das alterações climáticas;
- Promover a integração da adaptação em políticas sectoriais - pretende-se promover a integração e monitorização da componente da adaptação às alterações climáticas ('mainstreaming') nas políticas públicas e sectoriais de maior relevância, incluindo as políticas de ordenamento do território e desenvolvimento urbano sustentável e os seus instrumentos de planeamento e gestão territorial.

Objetivos Estratégicos do P3AC

Programa de Ação para as Alterações Climáticas 2020-2030 - RCM n.º 130/2019, de 2 de agosto

Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC) complementa e sistematiza os trabalhos realizados no contexto da ENAAAC 2020, tendo em vista o seu segundo objetivo, o de implementar medidas de adaptação.

Objetivos

O P-3AC apresenta as seguintes linhas de ação:

- 1. Prevenção de incêndios rurais — intervenções estruturantes em áreas agrícolas e florestais
- 2. Implementação de técnicas de conservação e de melhoria da fertilidade do solo
- 3. Implementação de boas práticas de gestão de água na agricultura, na indústria e no setor urbano para prevenção dos impactos decorrentes de fenómenos de seca e escassez
- 4. Aumento da resiliência dos ecossistemas, espécies e habitats aos efeitos das alterações climáticas
- 5. Redução da vulnerabilidade das áreas urbanas às ondas de calor e ao aumento da temperatura máxima

- 6. Prevenção da instalação e expansão de espécies exóticas invasoras, de doenças transmitidas por vetores e de doenças e pragas agrícolas e florestais
- 7. Redução ou minimização dos riscos associados a fenómenos de cheia e de inundações
- 8. Aumento da resiliência e proteção costeira em zonas de risco elevado de erosão e de galgamento e inundação
- 9. Desenvolvimento de ferramentas de suporte à decisão, de ações de capacitação e sensibilização.

Objetivos Estratégicos da ENAR2020

Estratégia Nacional para o Ar 2020 - RCM n.º 46/2016, de 26 de agosto

A ENAR 2020 visa alcançar os objetivos de qualidade do ar propostos no Programa Ar Limpo para a Europa e contribuir para o cumprimento das metas nacionais, estando alinhada com os instrumentos nacionais da política climática, designadamente com as medidas com benefício para a qualidade do ar e as alterações climáticas. Constituirá, ainda, um quadro de referência para a elaboração de planos de melhoria da qualidade do ar, da responsabilidade das CCDR, permitindo, assim, uma efetiva integração entre as medidas de âmbito local, regional e nacional.

Objetivos

- Conhecimento e Informação
OBJETIVO: melhoria do conhecimento e otimização da gestão da informação das emissões e qualidade do ar
- Iniciativas Setoriais para as Emissões Atmosféricas
OBJETIVO: melhoria do desempenho ambiental, com particular incidência na diminuição das emissões atmosféricas (Indústria, Transportes, Agricultura e Residencial/Comercial)
- Governança
OBJETIVO: aumento da eficácia da Administração Pública, promovendo a articulação institucional; assegurar a transversalidade das políticas de gestão e avaliação da qualidade do ar
- Investigação e Desenvolvimento
OBJETIVO: promoção de projetos de Investigação & Desenvolvimento que constituam suporte ao desenvolvimento de novas políticas de proteção da qualidade do ar

Objetivos Estratégicos do PNA

Plano Nacional da Água (PNA) - Decreto-lei n.º 76/2016, de 9 de novembro

O PNA pretende assim definir as grandes opções estratégicas da política nacional da água na decorrência da LA, a aplicar pelos PGRH para o período 2016-2021 e PM que lhes estão associados. Esta revisão aponta também as grandes linhas prospetivas daquela política para o período 2022-2027, que corresponde ao 3.º ciclo de planeamento da DQA. Este PNA pretende ser um plano abrangente mas pragmático, enquadrador das políticas de gestão de recursos hídricos nacionais, dotado de visão estratégica, consistente com os objetivos de exigência da APA, I. P., enquanto Autoridade Nacional da Água. O PNA pretende determinar as estratégias de gestão dos recursos hídricos, numa tríplice lógica de proteção do recurso e sustentando o desenvolvimento socioeconómico nacional.

Objetivos

O PNA contempla cinco objetivos estratégicos:

- 1) Garantir bom estado/bom potencial de todas as massas de água, superficiais, subterrâneas, costeiras e de transição, evitando qualquer degradação adicional;
- 2) Assegurar disponibilidade de água numa base sustentável para as populações, as atividades económicas e os ecossistemas;
- 3) Aumentar a eficiência da utilização da água, reduzindo a pegada hídrica das atividades de produção e consumo e aumentando a produtividade física e económica da água;
- 4) Proteger e restaurar os ecossistemas naturais, por forma a garantir a conservação do capital natural e assegurar a provisão dos serviços dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres deles dependentes;
- 5) Promover a resiliência e adaptabilidade dos sistemas hídricos, naturais e humanizados, para minimizar as consequências de riscos associados a alterações climáticas, fenómenos meteorológicos extremos e outros eventos

Objetivos Estratégicos do PNUEA 2020

Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012- 2020 (PNUEA) - Decreto-lei nº 76/2016, de 9 de novembro

O Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água tem como principal finalidade a promoção do uso eficiente da água em Portugal, especialmente nos sectores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos.

Objetivos estratégicos

O PNUEA assenta nos seguintes objetivos estratégicos:

- Criar uma atitude duradoura de preservação da água junto dos cidadãos e, em particular, na população infantil e juvenil, como garante do potencial transformador de comportamentos;
- Criar uma consciência nos cidadãos em geral e em particular nos gestores dos sistemas de abastecimento de água, quanto à importância do uso eficiente da água;
- Habilitar e capacitar os agentes responsáveis pela conceção e gestão dos sistemas de abastecimentos e dos equipamentos, através da produção e disponibilização de ferramentas de informação e de suporte à formação;
- Eliminar os desperdícios de água e reduzir a níveis aceitáveis as perdas de água nos sistemas, dando prioridade para os que são potencialmente mais significativos (sistemas de natureza pública e/ou coletiva);
- Promover iniciativas concretas com base em parcerias entre entidades públicas e/ou privadas;
- Garantir a avaliação periódica e sistemática das ações que permitam conhecer a evolução do PNUEA.

Objetivo estratégico **Setor urbano**:

- Redução das perdas de água nos sistemas de abastecimento.

Objetivos estratégicos **Setor agrícola**:

- Redução das perdas de água nos sistemas de condução de água para rega e das dotações brutas de rega;
- Aumento da eficiência global dos sistemas de rega através da melhoria da qualidade dos projetos (captação, exploração, rega, etc.);
- Aumento da eficiência global dos sistemas de rega através da redução das perdas na aplicação de água ao solo (introdução de sistemas de aviso e agrometeorológicos, reconversão dos métodos de rega, com automatização e adequação de procedimentos na rega por gravidade, aspersão e localizada, etc.).

Objetivos estratégicos **Setor industrial**:

- Otimização do uso da água na unidade industrial, sem prejuízo na eficiência dos processos e operações em que decorre esta utilização, tal como no âmbito da aplicação das Melhores Técnicas Disponíveis (MTD) no contexto do regime de Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP);
- Limitação dos impactos no meio ambiente associados às descargas de águas residuais industriais, conseguida através de uma melhor gestão do ciclo da água, no sentido da prevenção ligada a uma maior poupança já prevista em sede da PCIP.

Meta no consumo urbano – Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de controlo de perdas, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir até 2020, uma eficiência de utilização da água de 80%.

Meta no consumo agrícola - Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de área regada, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir a 10 anos uma eficiência de utilização de água de 65%.

Meta no consumo industrial - Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de procedimentos dos utilizadores industriais e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir ao fim de 10 anos uma eficiência de utilização da água de 85%.

Objetivos Estratégicos do PENSAARP 2030

Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2024 de 5 de fevereiro

O PENSAARP 2030 traça as grandes linhas orientadoras do setor para a próxima década e apela ao alinhamento de todos os seus atores, numa convergência de esforços e de ambição. Vem dar continuidade aos planos anteriores e à política pública que foi definida há três décadas, procurando manter as mais-valias das principais linhas de rumo, mas sendo inovador sempre que adequado, e articulado temporalmente com a Estratégia Portugal 2030 e outros documentos estratégicos relevantes, a nível nacional, ibérico, europeu e mundial

Objetivos estratégicos

A visão do PENSAARP 2030 foi materializada em quatro objetivos estratégicos globais, que passam por atingir serviços eficazes, eficientes, sustentáveis e com mais valor acrescentado para a sociedade, desdobrados em 20 objetivos específicos: A eficácia dos serviços passa por assegurar a acessibilidade física, a continuidade e fiabilidade, a qualidade das águas distribuídas e rejeitadas, a segurança, resiliência e ação climática e a equidade e acessibilidade económica; A eficiência dos serviços passa por assegurar a governação e estruturação do setor, a organização das entidades gestoras, a alocação de recursos financeiros, a eficiência hídrica e a eficiência energética e descarbonização; A sustentabilidade dos serviços passa por assegurar a sustentabilidade económica e financeira, infraestrutural, da utilização de recursos, do capital humano e do conhecimento; A valorização dos serviços passa por assegurar a valorização empresarial e económica, ambiental e territorial, societal, da transparência e responsabilização e do desenvolvimento sustentável.

Foram definidos 20 objetivos específicos:

- 10 objetivos específicos prioritários, com elevada criticidade e desempenho insatisfatório:

Sustentabilidade económica e financeira;
Eficiência na governação e estruturação do setor; Sustentabilidade infraestrutural;
Eficácia na qualidade das águas, na vertente das águas residuais; Eficiência hídrica;
Eficiência na alocação de recursos financeiros;
Eficácia na segurança;
Resiliência e ação climática;
Sustentabilidade do capital humano;
Eficiência na organização das entidades gestoras;
Eficácia na continuidade e fiabilidade.

- 4 objetivos específicos muito importantes, com elevada criticidade, mas com desempenho médio já aceitável:

Eficácia na acessibilidade física;
Eficácia na equidade e acessibilidade económica;
Eficiência energética e descarbonização;
Sustentabilidade do conhecimento.

- 6 objetivos específicos importantes, com menor criticidade e com desempenho insatisfatório:

Sustentabilidade da utilização de recursos; Valorização empresarial e económica; Valorização ambiental e territorial;
Valorização societal;
Valorização da transparência e da responsabilização; Valorização para o desenvolvimento sustentável

Objetivos Estratégicos da ENEAPAI 2030

Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2030 - RCM nº 6/2022, de 25 de janeiro

A ENEAPAI surge como um instrumento da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e do Plano Nacional da Água. Este Plano tem como objetivo definir a estratégia para implementação de um novo modelo institucional, de gestão e técnico, que seja uma alternativa sustentável para o tratamento de efluentes produzidos por estes sectores (bovinicultura, suinicultura, avicultura, matadouros, lagares, queijarias e adegas)

Objetivos

CUMPRIMENTO DO NORMATIVO AMBIENTAL E SETORIAL

- Promoção e sensibilização para cumprimento do normativo ambiental e setorial e dos objetivos das respetivas políticas
- Análise da necessidade de revisão e articulação do normativo ambiental e setorial
- Desenvolvimento e implementação de um sistema de informação

CONSTITUIÇÃO DE ESTRUTURA DE ACOMPANHAMENTO DA ENEAPAI

- Constituição de estrutura de acompanhamento da ENEAPAI
- Monitorização periódica e avaliação intercalar da ENEAPAI

PROMOÇÃO DE SOLUÇÕES E MODELOS DE GESTÃO SUSTENTÁVEIS

- Promoção e hierarquização de soluções de encaminhamento dos efluentes e de modelos de gestão eficientes e sustentáveis em zonas diagnosticadas como críticas pela ENEAPAI
- Definição e promoção de uma solução pública, faseada e modular, para a recolha, tratamento e encaminhamento a destino final dos efluentes agropecuários

ENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS E DAS ENTIDADES GESTORAS LOCAIS E/OU REGIONAIS

- Envolvimento dos Municípios e Comunidades Intermunicipais territorialmente competentes
- Envolvimento das entidades gestoras locais e/ou regionais

PROMOÇÃO DE UM QUADRO DE I&D&I, DE FORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO

- Promoção de um quadro e rede de I&D&I específico
- Promoção de um quadro de formação e comunicação para os operadores económicos

Objetivos Estratégicos da Estratégia Turismo 2027 (ET27)

Estratégia para o Turismo 2027

A Estratégia para o Turismo 2027 é o **referencial estratégico** para o turismo em Portugal na próxima década, cuja construção teve por base um processo participativo, alargado e criativo, no qual o Estado assume a sua responsabilidade e mobiliza os agentes e a sociedade. Consubstancia uma **visão de longo prazo**, combinada com uma **ação no curto prazo**, permitindo atuar com maior sentido estratégico no presente e enquadrar o futuro quadro comunitário de apoio 2021-2027.

Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos do Turismo 2020:

Valorizar o território e as comunidades

- Conservar, valorizar e usufruir o património histórico-cultural e identitário
- Valorizar e preservar a autenticidade do País e a vivência das comunidades locais
- Afirmar o turismo na economia do mar

- Potenciar economicamente o património natural e rural e assegurar a sua conservação
- Promover a regeneração urbana das cidades, regiões e o desenvolvimento turístico sustentável dos territórios/destinos
- Estruturar e promover ofertas que respondam à procura turística

Impulsionar a economia

- Assegurar a competitividade das empresas de turismo numa perspetiva de curto, médio e longo prazos Reduzir os custos de contexto, simplificar, dar estabilidade jurídico-fiscal e desburocratiza
- Atrair investimento e qualificar a oferta turística
- Estimular a economia circular no turismo
- Afirmar Portugal como um polo de referência internacional na inovação, no empreendedorismo e na produção de bens e serviços para o turismo

Potenciar o conhecimento

- Prestigiar as profissões do turismo e formar massa crítica adaptadas às necessidades do mercado e promover a igualdade do género e de oportunidades
- Assegurar a transferência de conhecimento de instituições de ensino e centros de investigação para as empresas
- Difundir conhecimento e informação estatística
- Capacitar em contínuo os empresários e gestores para liderar o turismo do futuro – tecnológico, inclusivo e sustentável
- Afirmar Portugal como *smart destination*

Gerar redes e conectividade

- Promover e reforçar rotas aéreas ao longo do ano e captar operações de *homeport* e de *turnaround* de cruzeiros
- Melhorar os sistemas de mobilidade rodo-ferroviária e de navegabilidade
- Promover o «turismo para todos», numa ótica inclusiva, que acolha os diferentes mercados/segmentos turísticos
- Envolver ativamente a sociedade no processo de desenvolvimento turístico do país e das regiões
- Mobilizar o trabalho em rede e a promoção conjunta entre os vários setores

Projetar Portugal

- Reforçar a internacionalização de Portugal enquanto destino turístico para visitar, investir, viver e estudar
- Posicionar o turismo interno como fator de competitividade e de alavanca da economia nacional
- Valorizar a comunidade lusodescendente como ativo estratégico na promoção de Portugal e na captação de investimento
- Tornar Portugal um destino de congressos e eventos culturais e desportivos de âmbito internacional Afirmar Portugal nas organizações mundiais e na cooperação internacional

Objetivos Estratégicos do PDR 2020

Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014 -2020 (PDR 2020) - Comissão Europeia – Decisão C (2014) 9896, 12 de dezembro de 2014

O Programa Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (PEN DR) define a Estratégia Nacional para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural

Objetivos Estratégicos

Definem-se três **objetivos estratégicos**:

- O aumento do valor acrescentado do setor agroflorestal;
- Contribuir para o equilíbrio da balança comercial;
- Assegurar condições que permitam melhorar a gestão sustentável dos recursos, nomeadamente através de uma utilização mais eficiente dos mesmos, assegurando a sua proteção, e a dinamização económica e social do espaço rural.

Principais objetivos do PERSU 2030

Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2030) - RCM n.º 30/2023, de 24 de março

O PERSU 2030, assenta em três objetivos estratégicos:

- 1 - Prevenir a produção de resíduos ao nível da quantidade e da perigosidade;
- 2 - Promover a eficiência na utilização de recursos, contribuindo para uma economia circular;
- 3 - Reduzir os impactos ambientais negativos, através de uma gestão de resíduos integrada e sustentável.

Objetivos

Os princípios estabelecidos no PERSU 2030 são concretizados através de três eixos onde se inserem seis objetivos.

EIXO I – Prevenção

Objetivo OB.I - Reduzir a produção e perigosidade dos resíduos urbanos

EIXO II - Gestão de recursos

Objetivo OB.II - Promover a recolha seletiva e tratamento adequado

Objetivo OB.III - Assegurar a valorização dos resultantes do tratamento dos resíduos urbanos

EIXO III - Operacionalização

Objetivo OB.IV - Reforçar os instrumentos económico-financeiros

Objetivo OB.V - Assegurar a sustentabilidade económica e a capacitação do setor

Objetivo OB.VI - Comunicar e monitorizar o plano

Objetivos Estratégicos do PETI3+

Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 (PETI3+) – versão pública abril 2014

O Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 (PETI3+) surge como uma atualização do PET 2011-2015, projetando uma segunda fase de reformas estruturais a empreender neste sector, bem como o conjunto de investimentos em infraestruturas de transportes a concretizar até ao fim da presente década.

Objetivos estratégicos

O PET3+ tem como principais objetivos estratégicos:

- Contribuir para o crescimento económico, apoiando as empresas portuguesas e a criação de emprego;
- Assegurar a competitividade do setor dos transportes e a sua sustentabilidade financeira para os contribuintes portugueses;
- Promover a coesão social e territorial, assegurando a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens, em todo o país.

Objetivos Estratégicos do PRN2000

Plano Rodoviário Nacional - Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de Julho

O PRN foi desenvolvido para dar resposta ao desenvolvimento socio-económico verificado após a adesão de Portugal à União Europeia. Este Plano prevê um total de cerca de 16 500 km dos quais cerca de 5000 foram incluídos numa nova categoria - Estradas Regionais. Neste Plano incluiu-se uma rede nacional de auto-estradas com cerca de 3 000 km correspondendo a cerca de metade da extensão da rede de Itinerários Principais (IP) e Complementares (IC).

Objetivos estratégicos

O PRN tem como principais objetivos:

- Contribuir para o crescimento económico, apoiando as empresas portuguesas e a criação de emprego
- Assegurar a competitividade do setor dos transportes e a sua sustentabilidade financeira para os contribuintes portugueses.
- Promover a coesão social e territorial, assegurando a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens, em todo o país

Linhas de ação estratégicas da ENF

Estratégia Nacional para as Florestas (ENF) – RCM n.º 6-B/2015 de 4 de fevereiro de 2015

A concretização da estratégia para as florestas através do reconhecimento pelo Governo de que as florestas representam uma prioridade nacional e de que o sector florestal é estratégico para o desenvolvimento do País

Linhas de ação estratégicas

- Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;
- Especialização do território;
- Melhoria da produtividade através da gestão florestal sustentável;
- Redução de riscos de mercado e aumento do valor dos produtos;
- Melhoria geral da eficiência e competitividade do sector;
- Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.

Objetivos do PANCD

Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) – RCM 78/2014, 24 de dezembro

O Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) tem por objetivo orientar, disciplinar, promover, dinamizar, integrar e coordenar as ações de combate à desertificação e minimização dos efeitos da seca nas zonas semiáridas e sub-húmidas, nomeadamente naquelas em que é mais notória e problemática a erosão e a degradação das propriedades do solo, a destruição da vegetação e a deterioração do ambiente e dos recursos naturais e da paisagem em geral.

Objetivos

O PANCD estabelece quatro objetivos estratégicos:

- Promover a melhoria das condições de vida das populações das áreas suscetíveis;
- Melhorar as condições dos ecossistemas afetados;
- Gerar benefícios globais a partir da efetiva implementação da CNUCD;
- Mobilizar recursos destinados a apoiar a implementação da CNUCD na construção de parcerias eficazes entre os atores nacionais e internacionais.

Objetivos Estratégicos do PGRH-RH3

Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro, 2022-2027 (RH3) - Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2024, de 3 de abril

O Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH), enquanto instrumento de planeamento das águas, visa fornecer uma abordagem integrada para a gestão dos recursos hídricos, dando coerência à informação para a ação e sistematizando os recursos necessários para cumprir os objetivos definidos.

Objetivos Estratégicos

Para a RH4 foram definidos os seguintes objetivos estratégicos:

- OE1 - Adequar a Administração Pública na gestão da água;
- OE2 - Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos;
- OE3 - Atingir e manter o Bom Estado/Potencial das massas de água;
- OE4 - Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras;
- OE5 - Assegurar a proteção dos ecossistemas e da biodiversidade;
- OE6 - Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água;
- OE7 - Promover a sustentabilidade económica e financeira da gestão da água;
- OE8 - Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas setoriais;
- OE9 - Promover a gestão conjunta das bacias internacionais;
- OE10 - Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água.

Objetivos Estratégicos do PROF-TMAD

Programa Regional de Ordenamento Florestal do Trás-os-Montes e Alto Douro - Portaria n.º 57/2019, de 11 de fevereiro o

O Programa Regional de Ordenamento da Floresta de Trás-os-Montes vincula os instrumentos de política setorial que incidem sobre os espaços florestais e visa enquadrar e estabelecer normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços.

Objetivos

Obedece aos seguintes princípios orientadores:

- a) Promover e garantir um desenvolvimento sustentável dos espaços florestais;
- b) Promover e garantir o acesso à utilização social da floresta, promovendo a harmonização das múltiplas funções que ela desempenha e salvaguardando os seus aspetos paisagísticos, recreativos, científicos e culturais;

- c) Constituir um diagnóstico integrado e permanentemente atualizado da realidade florestal da região;
- d) Estabelecer a aplicação regional das diretrizes estratégicas nacionais de política florestal nas diversas utilizações dos espaços florestais, tendo em vista o desenvolvimento sustentável;
- e) Estabelecer a interligação com outros instrumentos de gestão territorial, bem como com planos e programas de relevante interesse, nomeadamente os relativos à manutenção da paisagem rural, à luta contra a desertificação, à conservação dos recursos hídricos e à estratégia nacional de conservação da natureza e da biodiversidade;
- f) Definir normas florestais ao nível regional e a classificação dos espaços florestais de acordo com as suas potencialidades e restrições;
- g) Potenciar a contribuição dos recursos florestais na fixação das populações ao meio rural.

No sentido de promover os princípios que o norteiam, determina os seguintes objetivos gerais:

- Otimização funcional dos espaços florestais assente no aproveitamento das suas potencialidades;
- Prevenção de potenciais constrangimentos e problemas;

Eliminar as vulnerabilidades dos espaços florestais.

Opções Estratégicas do PROT - Norte

Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Norte (PROT - Norte) - RCM n.º 29/2006, 28 de março

O PROT-Norte é um instrumento estratégico que estabelece as linhas orientadoras do desenvolvimento, organização e gestão dos territórios na Região do Norte. Este documento enquadra os planos de nível municipal e as áreas sujeitas a planeamento especial, assim como as grandes intervenções e os investimentos estruturantes a realizar no espaço regional

Objetivos gerais

São objetivos gerais do PROT-N:

- Desenvolver, no âmbito regional, as opções constantes do programa nacional da política de ordenamento do território e dos planos sectoriais;
- Traduzir, em termos espaciais, os grandes objetivos de desenvolvimento económico e social sustentável, formulados no plano de desenvolvimento regional;
- Equacionar as medidas tendentes à atenuação das assimetrias de desenvolvimento intra-regionais;

Servir de base à formulação da estratégia nacional de ordenamento territorial e de quadro de referência para a elaboração dos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território.

Objetivos Principais do PMEPC

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Os planos de emergência de proteção civil são documentos formais nos quais as autoridades de proteção civil, nos seus diferentes níveis, definem as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil. A reposição da normalidade das áreas afetadas constitui outro dos seus objetivos, de forma a minimizar os efeitos de um acidente grave ou catástrofe sobre as pessoas, bens e o ambiente.

Objetivos**Objetivos Gerais:**

- Definição das orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil, habilitando as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Definição da unidade de Direção, coordenação e comando das ações a desenvolver, bem como sistematização das ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariação dos meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe, providenciando, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis a minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Promoção da informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta a emergência;
- Garantia da criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;

Diminuição da perda de vidas e bens, atenuando ou limitando os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecimento o mais rapidamente possível, das condições mínimas de normalidade.

Objetivos Principais do PMDFCI**Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios**

Os PMDFCI desenvolvem orientações de planeamento Nacional e Regional segundo as normas da Portaria 1139/2006 de 25 de outubro e as orientações técnicas e metodológicas estabelecidas pela atual AFN.

Objetivos**Objetivos municipais do PMDFCI:**

- Aumentar a resiliência do território aos Incêndios Florestais;
- Reduzir a incidência dos incêndios;
- Melhorar a eficácia e a eficiência do ataque e da gestão de incêndios;
- Recuperar e reabilitar os ecossistemas e as comunidades;
- Adotar uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

ANEXO II

Componentes de apoio à determinação dos FCD

De acordo com a metodologia da AAE utilizada, os componentes de apoio à determinação dos FCD considerados para a avaliação da presente proposta de revisão do PDM de Mirandela foram os seguintes:

- **Questões estratégicas** da proposta de revisão do PDM;
- **Instrumentos de referência estratégica** (estratégias, planos, políticas e programas);
- **Fatores ambientais**, de acordo com o estipulado pela legislação.

As Questões Estratégicas (QE) são aquelas que expressam a intenção de elaboração do Plano. Assim, atendendo aos objetivos definidos para a Revisão do Plano Diretor Municipal e ao caráter das alterações elencadas, consideram-se as seguintes QE:

QE1 - Estabelecer o ordenamento do território adequado ao suporte físico, valorizando intervenções urbanas que favoreçam a melhoria da qualidade de vida dos munícipes e o desenvolvimento sustentado do concelho.

QE2 - Promover a melhoria das acessibilidades e a mobilidade sustentável.

QE3 - Potenciar a competitividade e desenvolvimento económico através da oferta quantitativa e qualitativa de espaços empresariais e industriais.

QE4 - Potenciar e valorizar os territórios agrícolas e florestais como elementos fundamentais para a promoção de um desenvolvimento económico sustentável e de afirmação da ruralidade do concelho.

QE5 - Promoção e desenvolvimento do turismo local com base nos recursos naturais, na cultura, nos produtos endógenos e na gastronomia.

QE6 - Coesão social e territorial através da adequação da rede de equipamentos coletivos e da consolidação da centralidade de cidade de Mirandela.

QE7 - Preservar e valorizar o património natural e cultural, a biodiversidade, utilizar de modo sustentável os recursos, prevenir os riscos e adaptar aos efeitos das alterações climáticas

O Quadro de Referência Estratégico, QRE, identifica as macro-orientações de política nacional, europeia e internacional, bem como os objetivos de longo prazo estabelecidos em matéria de ambiente e sustentabilidade.

Para a proposta de revisão do PDM de Mirandela, o QRE define os instrumentos de referência considerados relevantes para o presente plano, e terá como objetivo a proteção ambiental fixada no âmbito internacional, comunitário europeu, estatal e regional que tenham relação com o mesmo, incluindo também todos os instrumentos que estiverem relacionados com zonas de proteção ambiental e espaços de proteção especial. Os critérios de sustentabilidade para o desenvolvimento da proposta de revisão do PDM de Mirandela incluem a conservação dos recursos e a sua recuperação, o uso do território de acordo com as suas capacidades biofísicas bem como a manutenção da diversidade biológica.

O Quadro seguinte apresenta a **Relação entre o Quadro de Referência Estratégico (QRE) e as Questões Estratégicas (QE)**.

	QE1	QE2	QE3	QE4	QE5	QE6	QE7
PNPOT	X	X	X	X	X	X	X
ENDS	X	X		X	X		X
ENCNB 2030	X			X	X		X
PSRN 2000	X			X	X		X
PNEC 2030	X	X	X	X	X		X
ENAAC 2020	X	X	X	X	X		X
P-3AC	X	X	X	X	X		X
ENAR 2020	X	X	X	X			
PNA	X		X	X	X		X
PNUEA	X	X	X	X	X		X
PENSAARP 2030	X		X	X	X		
ENEAPAI 2030				X	X		
ET27	X			X	X		X
PDR 2020	X	X	X	X	X	X	X
PERSU 2030	X		X	X			
PETI3+	X	X		X			
PRN 2000	X	X		X			
ENF	X			X	X		X
PANCD	X	X	X	X	X		
PGRH RH3	X	X	X	X	X		X
PROF-TMAD	X	X	X		X		X
PEAFT	X	X			X	X	X
PROT-N	X	X	X		X	X	X
AETFT	X		X		X	X	X
PIAAC-TQT	X	X	X		X		X
PMEPC	X		X				X
PMDFCI	X		X		X		X

Os **fatores ambientais** considerados foram orientados por uma exigência legal e enquadram-se no definido pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na alínea e), n.º 1, artigo 6º. Os fatores que definem o âmbito ambiental relevante e contribuem para a definição dos Fatores Críticos de Decisão específicos para o território em questão, são os seguintes:

Biodiversidade – significa a diversidade dos seres vivos, espécies, ecossistemas e património genético. Define-se pela variedade e variabilidade dos seus componentes (definição segundo o Plano de Ação a Favor da Biodiversidade).

População – Conjunto de seres humanos, no caso particular cidadãos residentes, trabalhadores e/ou visitantes do concelho de Mirandela e os seus hábitos.

Saúde humana – Todos os fatores que direta ou indiretamente se traduzem no bem-estar físico e emocional da população.

Fauna – Componente do ambiente natural relativo às espécies animais com estatuto de proteção definido que ocorrem ou possuem potencial de ocorrência no Município.

Flora – Componente do ambiente natural relativo às espécies vegetais com estatuto de proteção definido que ocorrem ou possuem potencial de ocorrência no Município.

Solo – Não obstante as diferentes definições de solo, a referência neste trabalho a solo tem implícito que este se trata de um recurso finito, limitado e não renovável que recobre as rochas, sendo constituído por tipos variáveis de minerais e húmus. É suporte ao desenvolvimento da vida e das atividades humanas, enquanto componente de ordenamento e, em particular, da componente agrícola.

Água – Componente do ambiente natural que se pode subdividir, segundo a Diretiva 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000, como: Águas de superfície: as águas interiores, com exceção das águas subterrâneas, das águas de transição e das águas costeiras, exceto no que se refere ao estado químico; este estado aplica-se também às águas territoriais; e, Águas subterrâneas: todas as águas que se encontram abaixo da superfície do solo na zona de saturação e em contacto direto com o solo ou com o subsolo.

Atmosfera – Camada de gases que envolve a superfície terrestre. No entanto, e para efeitos de análise, considera-se diretamente as camadas mais próximas da superfície terrestre, a troposfera (camada onde os seres vivos podem respirar normalmente) e a estratosfera (onde ocorrem os fenómenos meteorológicos).

Fatores climáticos – Compreendem os fatores abióticos do meio ambiente, nomeadamente os referentes à temperatura, à luz, humidade relativa (subsequentemente, a pluviosidade) e vento.

Bens materiais – Todos que têm uma existência física, como edificações, infraestruturas básicas, equipamentos vários de apoio ao cidadão, entre outros.

Património cultural – Inclui, segundo a definição do próprio Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, o património histórico e arqueológico.

Paisagem – É a unidade geográfica, ecológica e estética resultante da ação do homem e da reação da Natureza, sendo primitiva quando a ação daquele é mínima e natural quando a ação humana é determinante, sem deixar de se verificar o equilíbrio biológico, a estabilidade física e a dinâmica ecológica (Lei n.º 11/87, de 7 de abril – Lei de Bases do Ambiente).

Os FCD são o número limitado de domínios de estudo que constituem as dimensões do modelo de desenvolvimento sustentável que se adotou, para estudar as implicações do Plano, devendo assegurar uma focagem estratégica (Partidário, 2007).

A determinação dos FCD resultou, numa primeira fase, da interação entre os objetivos do **Quadro de Referência Estratégico** (QRE) preconizado e as **Questões Estratégicas** (QE) para a revisão do PDM de Mirandela.

Da análise das relações existentes anteriormente referidas e da integração dos **Fatores Ambientais** (FA), resultaram então os **Fatores Críticos de Decisão** que reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade considerados relevantes, e que servirão de base para a tomada de decisão. Assim, os FCD para a proposta de revisão do PDM de Mirandela, são:

➤ **Biodiversidade e Conservação da Natureza**

Pretende-se avaliar as ações propostas em termos dos seus efeitos na preservação e utilização sustentável da biodiversidade dos ecossistemas, bem como na conservação dos valores naturais do município.

➤ **Ordenamento e Qualificação do Território**

Pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da organização e requalificação do espaço biofísico do concelho, no que à política, uso e ocupação do solo diz respeito, considerando também os aspetos que conduzem à melhoria e valorização das componentes do território municipal (infraestruturas e equipamentos) e da mobilidade e acessibilidade concelhia.

➤ **Desenvolvimento económico e social**

Pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da competitividade e dinâmica empresarial, na dinâmica turística associada ao património e aos recursos naturais e no desenvolvimento humano nomeadamente ao nível da qualificação dos recursos humanos e na criação de emprego e na fixação da população através da valorização do espaço rural.

➤ **Qualidade Ambiental**

Permite avaliar o contributo do Plano para a qualidade do ambiente no município, nomeadamente quais as implicações das ações propostas na qualidade do ar, da proteção e utilização dos recursos hídricos, ruído, gestão de resíduos.

➤ **Património e Paisagem**

Visa avaliar em que medida o Plano contribui para a preservação dos valores paisagísticos e patrimoniais, incluindo os valores arquitetónicos e arqueológicos.

➤ **Alterações climáticas e Riscos**

Permite avaliar o contributo do Plano na prevenção e minimização dos riscos naturais que ocorrem no território concelhio, na minimização dos fatores que contribuem para as alterações climáticas e eficiência energética.

Neste âmbito, estabeleceu-se uma relação entre os Fatores Ambientais considerados mais relevantes, estabelecidos no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho e os FCD definidos.

FCD \ FA	Biodiversidade	Fauna	Flora	Património Cultural	Atmosfera	Água	Solo	Fatores Climáticos	Paisagem	Bens Materiais	População	Saúde Humana
Biodiversidade e Conservação da Natureza	X	X	X			X	X		X			
Ordenamento e Qualificação do Território	X	X	X	X			X		X	X	X	X
Desenvolvimento Económico e Social				X		X				X	X	X
Qualidade Ambiental		X	X		X	X	X	X			X	X
Alterações Climáticas e Riscos	X	X	X		X	X	X	X	X	X		X

Importa ainda a respeito dos FCD definidos demonstrar que os mesmos possuem uma relação direta com o cumprimento dos objetivos genéricos dos vários instrumentos identificados no quadro de referência, realçando-se a intensa relação dada pelos diferentes instrumentos para o FCD que se designou de Qualidade Ambiental (Quadro 5).

FCD \ QRE	Biodiversidade e Conservação da Natureza	Ordenamento e Qualificação do Território	Desenvolvimento Económico e Social	Património e Paisagem	Qualidade Ambiental	Alterações Climáticas e Riscos
PNPOT	X	X	X	X	X	X
ENDS	X	X	X	X	X	X
ENCNB	X	X		X		
ENE			X			X
PNAC	X				X	X
PNAEE	X		X		X	X
PNA	X	X			X	X
PNAAS			X		X	X
PENT	X	X	X	X		
T2020	X	X	X	X		
PNUEA					X	X
PDR2020	X	X	X			
PENSAARP2030		X			X	X
PERSU 2030		X			X	
ENEPAI	X				X	X

FCD QRE	Biodiversidade e Conservação da Natureza	Ordenamento e Qualificação do Território	Desenvolvimento Económico e Social	Património e Paisagem	Qualidade Ambiental	Alterações Climáticas e Riscos
PETI3+	X	X	X			
PREN2000	X	X	X			
ENF	X	X		X		X
PANCD		X		X	X	X
PGRH –Douro	X	X		X	X	X
PGR-RHD		X				X
PROFTMAD	X	X	X	X	X	X
PSRN2000	X	X		X		
PAFT	X	X	X	X	X	X
PROT-NORTE	X	X	X	X	X	X
AET	X	X	X			
AETFT 2030	X	X	X			
PIAAC-TQT		X	X			X
PMEPC		X	X	X	X	
PMDFCI	X		X	X	X	X

ANEXO III

Ponderação dos Pareceres emitidos pelas entidades consultadas

APA	
1) Recomenda-se que a próxima versão do RA indique explicitamente a Equipa Técnica responsável pela AAE do Plano, para além do responsável técnico.	O RA final apresenta a equipa técnica que o elaborou.
2) O documento beneficiaria com uma revisão geral e com a inclusão de uma secção de siglas e acrónimos e um capítulo dedicado às referências bibliográficas	Foi efetuada uma revisão geral do RA, por forma a adequar-se às alterações efetuadas na Proposta do Plano, tendo sido acrescentado um capítulo com referências bibliográficas, onde se elencam os documentos relevantes considerados na AAE.
3) Sugere-se que na próxima versão do RA conste em anexo uma tabela de ponderação com os contributos das entidades consultadas	O presente Anexo dá resposta a esta solicitação.
4) No subcapítulo 3.1 Enquadramento deveria ser feita referência ao facto de a 1.ª RPDM de Mirandela ter igualmente sido sujeita a um exercício de AAE	Foi realizada a retificação sugerida.
5) A figura 1, que apresenta as fases da AAE, deve ser corrigida na medida em que não refere o estudo de alternativas	O regime jurídico de AAE refere que constará “um resumo das razões que justificam as alternativas escolhidas”, em função das <u>alternativas razoáveis apresentadas pelo Plano</u> . Não sendo propriamente uma fase da avaliação, também o Plano não considera alternativas.
6) O subcapítulo 3.4, referente às alternativas à revisão do Plano é um pouco vago, considerando-se de desenvolver no próximo RA.	Dando resposta ao referido na legislação em vigor, o RA apresenta no ponto 3.4 “um resumo das razões que justificam as alternativas escolhidas”.
7) Verificando-se que o RAP disponibilizado não incluiu toda a metodologia adotada que foi apresentada na definição do âmbito (...). Assim, julga-se de incluir esses conteúdos na próxima versão do RA a submeter a discussão pública	Foi completado com a informação pertinente o Anexo II do RA, tendo em conta as alterações ao Relatório de Definição do Âmbito e ao Relatório Ambiental Preliminar, para além outros que decorrem da evolução no próprio processo de avaliação, designadamente alterações no sentido da simplificação e clarificação dos critérios e indicadores de avaliação.
8) Sugere-se ter adicionalmente em consideração os seguintes documentos de orientação (...)	Os documentos referidos foram tidos em consideração e constam do capítulo com as referências bibliográficas.
9) Concorda-se genericamente com o Quadro de Referência Estratégico apresentado no Quadro 31, julgando-se que é de considerar adicionalmente o novo PERSU 2030, que substituiu o PERSU 2020+, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023, de 24 de março	Foi realizada a retificação sugerida.
10) Ao Quadro de avaliação desta AAE, explanado nos Quadros 4 a 8, deveriam ser acrescentadas as unidades de medida e as fontes de informação de cada indicador	Foi realizada a retificação sugerida.
11) Uma vez que é apresentado um conjunto extenso de recomendações, por FCD, sugere-se que as mesmas sejam priorizadas/calendarizadas, de forma a garantir o adequado e efetivo seguimento/ monitorização da AAE	Face ao número e natureza das recomendações apresentadas não se considera necessária a sua priorização, tanto mais que estas se encontram articuladas com a proposta de Plano, realizada em capítulo próprio do Relatório do Plano.
12) Relativamente aos indicadores (...). Os indicadores sugeridos são os seguintes (...)	Foram adotados alguns dos indicadores sugeridos, havendo outros cuja informação não se encontra disponível, designadamente da ERSAR (água e resíduos) e da APA (atividades perigosas).
13) Recomendamos a definição de um ou dois indicadores que possibilitem avaliar a implementação de medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas	Conforme já referido na versão preliminar do RA, apesar de se identificar um critério específico para as alterações climáticas, com vários indicadores relacionados com a sua <u>mitigação</u> dos seus efeitos, estas também são tidas em consideração na avaliação realizada em critérios como a “Estrutura ecológica e paisagem”, a “Ocupação do solo e qualificação urbana”, a “Acessibilidades e mobilidade” e os “Recursos hídricos”, apresentando indicadores que também proporcionam formas de <u>adaptação</u> às alterações climáticas.
14) Salienta-se que os indicadores devem estar associados a valores de referência (...). Um outro ponto importante a ter em consideração no RA a desenvolver é o programa de seguimento, que deve ser pragmático e verificável, não ultrapassando os 20 indicadores (...)	

Os indicadores do Plano de Controlo apresentados do RA Final são considerados adequados tendo em consideração o âmbito e conteúdo da Revisão do PDM.

O RA final, tal como o preliminar, apresenta menos de 20 indicadores de seguimento.

Todos os indicadores apresentados são mensuráveis e associados a valores de referência. Sempre que possível e aplicável, as metas são enquadradas pela AAE do PDM e pelos instrumentos do QRE.

Foi acrescentada a periodicidade anual.

- 15) De acordo com as Boas Práticas existentes em matéria de AAE, recomenda-se que na próxima versão do RA sejam identificadas explicitamente não só as autoridades ambientais e de saúde a consultar, mas também o público-alvo e as ONG que eventualmente se poderão pronunciar sobre este Relatório.**

A submissão do RA final a consultas é efetuada no âmbito da Consulta Pública da Proposta de Plano.

CCDRN

- 1) no presente Relatório deveria ter sido apresentada uma reflexão/análise sobre a monitorização efetuada ao longo do período que decorreu desde a entrada em vigor da 1.ª revisão do PDM de Mirandela e a data da decisão do novo processo de revisão do Plano Diretor Municipal**
(...) Faria sentido considerar o esclarecimento sobre o estado do ordenamento do território e do ambiente com base nos parâmetros e indicadores propostos para avaliar a fase de seguimento da 1.ª revisão do PDM de Mirandela
(...) Por outro lado, face ao quadro de monitorização e controlo existente, associado a AAE do Plano vigente – Fase de Seguimento – seria vantajoso partir deste quadro, a partir dos FCD, critérios e indicadores, propondo-se as alterações que se entendessem pertinentes

O solicitado encontra-se no Relatório de Avaliação e Controlo da 1ª Revisão do PDM (2015-2023) que foi oportunamente enviado à APA.

O programa de seguimento apresentado no RA tem em consideração as considerações apresentadas no Relatório de Avaliação e Controlo.

- 2) Relativamente a Estrutura Ecológica Municipal (EEM), apresenta uma área de 56.042,5ha, correspondendo a um aumento de 21.814,9ha (+64%), principalmente como resultado da incorporação de mais área de RAN – entende-se tratar-se de um lapso**

Trata-se efetivamente de um lapso que foi corrigido

- 3) Refere ainda, um acréscimo importante dos espaços verdes em solo urbano (+14%), aspeto considerado relevante na mitigação e adaptação as alterações climáticas**

Com a Revisão do PDM e eliminação da categoria de solo urbanizável, ocorre uma redução dos espaços verdes em solo urbano que são integrados em solo rustico, mantendo as mesmas valências em termos de adaptação às alterações climáticas.

- 4) São recomendadas medidas, nomeadamente, associadas aos corredores ecológicos, que se entendem pertinentes e adequadas, pelo que se propõe que sejam incluídas no âmbito da revisão do Plano e implementadas**

Estas medidas e a sua articulação com a Proposta de Plano encontram-se demonstradas em capítulo próprio no Relatório do Plano.

- 5) Considerar ainda mecanismos de reutilização e reciclagem de materiais, poupança de recursos, nomeadamente, de mitigação da afetação do solo e da água, enquanto recursos naturais finitos**
Estabelecer mecanismos de economia circular, estimular a oferta e a procura de novos serviços e profissões associadas a estas matérias
Promover a criação de mecanismos de reutilização de águas residuais tratadas e de águas pluviais, mecanismos de rega mais eficientes e com menor consumo de água, para fazer face ao tendencial aumento da temperatura, situação de seca extrema dos solos e o seu empobrecimento
Investir em edifícios mais eficientes do ponto de vista energético, estimular a adesão dos municípios a implementação de sistemas energéticos mais eficientes e adequados
Promover hábitos de vida mais saudáveis; divulgar boas práticas e estabelecer canais de divulgação pública que aproximem os cidadãos da gestão municipal; que promova a participação pública e a corresponsabilização no desenvolvimento do território
Promover o estabelecimento de projetos associados a fontes de energia renováveis (FER), quer no edificado, quer na utilização da energia obtida através destas fontes, nas atividades.

Tratam-se de matérias a integrar no Plano, algumas das quais já se encontram abordadas na proposta de Regulamento

- 6) (...) A próxima versão do Relatório Ambiental deverá traduzir/demonstrar o modo como o município de Mirandela acolhe estes aspetos e os promove no território**
(...) Estes aspetos deverão estar refletidos no Plano

A articulação das medidas da AAE com a Proposta de Plano encontra-se demonstrada em capítulo próprio no Relatório do Plano.

- 7) São identificadas áreas sujeitas a risco de cheia (...) estas áreas deverão estar claramente identificadas no Plano e estar demonstradas, inequivocamente, no RA, a demonstração dos requisitos do Plano que salvaguardem as populações e os bens deste risco**

Estas áreas encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento e o Regulamento do Plano define um regime específico para as áreas de risco potencial significativo de inundação e para áreas suscetíveis de ocorrência de inundação ou cheia.	
8)	<p>São referidas, mas não discriminadas, áreas urbanas em locais de risco de incêndio: são mencionados aglomerados na continuidade de áreas de risco de incêndio elevado e muito elevado; no entanto, entende-se que deverão ser esclarecidos no Relatório Ambiental, os mecanismos e soluções considerados na revisão do PDM de Mirandela que demonstrem a efetiva salvaguarda das populações e atividades face a este risco</p> <p>O critério foi alterado para Solo urbano em áreas de perigosidade de incendio alta e muito alta. Quanto ao resto é matéria do Plano em articulação com o PMEPC.</p>
9)	<p>Relativamente a Perigosidade de instabilidade de vertentes em áreas urbanas (...) Pelo que nos parece, manterem-se ainda com este risco cerca de 17ha e, em solo urbano. Nesta sequência, entende-se necessário esclarecer adicionalmente no RA, de que modo serão asseguradas condições de segurança de pessoas e bens face ao risco descrito</p> <p>Estas áreas encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento e o Regulamento do Plano define um regime específico para as áreas suscetíveis de ocorrência de movimento de vertentes.</p>
10)	<p>Relativamente ao tema Riscos Tecnológicos (...) critérios: Ocorrência de acidentes industriais e Afastamento de estabelecimentos RJPAG a usos sensíveis (...)</p> <p>Considera-se que, atendendo à natureza estratégica, âmbito, escala e metodologia desta AAE considera-se que os critérios e os indicadores utilizados são os adequados à avaliação e monitorização do FCD definido.</p>
11)	<p>Mais uma vez se refere a fraca qualidade da cartografia apresentada, e que se entende, deverá ser melhorada</p> <p>A cartografia foi retificada e melhorada. No entanto salienta-se que, atendendo à natureza estratégica, âmbito, escala e metodologia desta AAE, a cartografia tem função mais ilustrativa que demonstrativa, pelo que os elementos detalhados encontram-se nas diversas peças do Plano.</p>
12)	<p>Relativamente ao Quadro de Governança apresentado no RAP, entende-se que deveria ser esclarecido para cada entidade, as Ações que lhe estarão acometidas</p> <p>O quadro de Governança é considerado claro e sintético contendo as ações consideradas necessárias face à natureza da AAE.</p>
13)	<p>Denota-se alguma falta de integração entre os aspetos mais críticos focados no RAP e o plano de seguimento/controlo</p> <p>Os indicadores de seguimento apresentados correspondem aos aspetos mais críticos, em particular a mobilidade, a qualidade das águas e as infraestruturas e as alterações climáticas</p>
14)	<p>Atualização do Documento face a dados mais recentes – são focados, maioritariamente, dados de 2011</p> <p>O RA foi atualizado utilizando os mais recentes Censos e Anuários Estatísticos do INE</p>
15)	<p>o Relatório deverá demonstrar o modo como as peças constituintes da Revisão do Plano, dão resposta as questões ambientais observadas durante o procedimento de AA</p> <p>Ver resposta à Questão 6</p>
16)	<p>sugere-se ainda que seja explicitado no Relatório, o envio da Declaração Ambiental (DA) a Agência Portuguesa do Ambiente</p> <p>Trata-se de uma determinação legal que não necessita de ser explicitada.</p>
17)	<p>Diversas sugestões e recomendações</p> <p>Tratam-se essencialmente de matérias a integrar no Plano, algumas das quais já se encontram abordadas.</p>

ANEXO IV

Articulação das recomendações da AAE com a Proposta de Plano

RECOMENDAÇÕES E DIRETRIZES (RA da AAE)	INTEGRAÇÃO NA PROPOSTA DO PLANO
FCD 1 –BIODIVERSIDADE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	
Promover a conservação e valorização da biodiversidade e do património natural, designadamente das áreas com habitats protegidos e biótopos de maior valor ecológico.	<ul style="list-style-type: none"> A proposta de ordenamento integra as áreas de maior sensibilidade ecológica e valor natural na categoria de Espaços naturais e paisagísticos e na EEM, sujeitas a regulamentação que garante a proteção e salvaguarda dos valores em presença.
Controlar os usos e atividades urbanas no Sítio Romeu e no PNRVT	<ul style="list-style-type: none"> Nas áreas abrangidas pelo Sítio Romeu e integradas no PNRVT, os usos e ocupações permitidos em solo urbano não conflituam com a salvaguarda dos valores em presença; as áreas o solo urbano restringem-se a espaços consolidados. O regulamento do Plano assegura a transposição das normas do PSRN2000 e do Plano PNRVT para o PDM.
Assegurar a valorização dos Espaços florestais de conservação e de proteção, garantindo os objetivos de qualificação especificados na Proposta de Plano	<ul style="list-style-type: none"> O regulamento do Plano garante a valorização e salvaguarda das áreas integradas nas categorias de Espaços florestais de conservação e de proteção, e a conformidade com o previsto no PROF-TMAD.
Valorizar e melhorar a conectividade dos meios integrados em corredores ecológicos	<ul style="list-style-type: none"> A delimitação da EEM assegura um “<i>continuum naturale</i>” que garante o funcionamento dos ecossistemas fundamentais baseado na consideração de diferentes biótopos e de corredores que os unem.
FCD 2 - ORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO	
Promover um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico e um desenvolvimento integrado dos territórios de baixa densidade	<ul style="list-style-type: none"> A proposta de ordenamento pauta-se por princípios de contenção urbana, alicerçando a consolidação do sistema urbano na hierarquização da extensa rede de aglomerados (sejam urbanos ou rurais) e no fortalecimento das relações funcionais.
Garantir e incentivar a multifuncionalidade nos centros dos principais aglomerados urbanos – Mirandela e Torre Dona Chama	<ul style="list-style-type: none"> A proposta de ordenamento de Mirandela e Torre de Dona Chama resulta numa qualificação multifuncional do espaço urbano; a regulamentação dos usos permitidos nas diferentes categorias de espaço promove a diversidade funcional e reforça o papel de centralidade polarizadora das principais dinâmicas funcionais desses centros urbanos
Favorecer a colmatação de espaços intersticiais e a consolidação dos perímetros urbanos para conter a expansão urbana	<ul style="list-style-type: none"> A proposta de ordenamento pauta-se por princípios de contenção urbana, favorecendo a colmatação do tecido urbano existente; verifica-se uma redução de 9% da área de solo urbano, face ao PDM em vigor
Promover a regeneração dos núcleos antigos, a localização de equipamentos e serviços, a mistura de usos procurando um maior aproveitamento do solo urbano, favorecendo o aumento da densidade habitacional	<ul style="list-style-type: none"> A regulamentação da utilização e regime de edificabilidade no solo urbano, em particular nos Espaços habitacionais, é facilitadora de processos de regeneração e reabilitação urbana e da diversidade funcional, desde que assegurada a compatibilidade com o uso dominante; a instalação de equipamentos é permitida na generalidade das categorias de espaço.
Controlar a edificabilidade no solo rústico e a instalação de funções que possam revelar incompatibilidades com a promoção e valorização do espaço agrícola e florestal e da EEM	<ul style="list-style-type: none"> Na proposta de Plano a edificabilidade em solo rústico assume carácter excecional, estando, no essencial, subordinada ao desenvolvimento da atividade produtiva que aí ocorre. Considera-se, no entanto, que a sustentabilidade dos territórios de baixa densidade e do funcionamento dos sistemas produtivos exigem a presença humana, desde que esta não comprometa o funcionamento das atividades e dos sistemas ecológicos.

Concretizar os sistemas autónomos e implementar as medidas necessárias para garantir o aumento significativo do nível de tratamento de águas residuais	<ul style="list-style-type: none"> O regulamento do Plano integra normas que incentivam a implementação de sistemas autónomos, mediante determinadas condições.
Promover a reorganização e/ou criação de redes de transporte público coletivo de baixa intensidade ou a pedido, valorizando a intermodalidade, que assegurem a coordenação de horários entre os serviços rodoviários e os modos de transporte suaves	<ul style="list-style-type: none"> O Programa de execução prevê a implementação de uma ação estruturante "Melhoria da mobilidade nos territórios rurais", que prevê a avaliação da viabilidade de implementação de soluções eficazes e sustentáveis, que permitam melhorar a acessibilidade e as condições de mobilidade da população.
Verificar a necessidade de adaptação dos circuitos da rede de transporte coletivo na cidade de Mirandela, face às insuficiências atuais e previstas com os novos espaços industriais e de serviços.	<ul style="list-style-type: none"> Na proposta de Plano é feita a recomendação de que os operadores de transporte procedam a uma constante monitorização do grau de adequação do serviço de transporte público prestado às necessidades da população que serve.
Desenvolver infraestruturas que potenciem a mobilidade ciclável, que permitam completar e ampliar a rede ciclável existente	<ul style="list-style-type: none"> Na proposta de Plano é feita a recomendação de que seja promovida a mobilidade em modos ativos, melhorando as condições da rede pedonal e ampliando a rede ciclável.
Equacionar com a entidade da tutela a regeneração da linha do Tua como via de transporte ferroviário ligeiro.	<ul style="list-style-type: none"> Na proposta de Plano é feita a recomendação de que o município deverá procurar assumir o papel de agente mobilizador da implementação de soluções de transporte mais sustentáveis, junto dos operadores e das entidades com tutela sobre as infraestruturas de transporte.
FCD 3 - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL	
Privilegiar a fixação de empresas que valorizem os recursos endógenos e promovam as tecnologias de ponta, que garantam a proteção o enquadramento ambiental e que estabeleçam relações económicas e sociais com as comunidades locais e com o tecido económico instalado	<ul style="list-style-type: none"> A programação do Plano prevê um conjunto de ações/iniciativas que pretendem consolidar e reforçar a base económica do concelho na valorização dos recursos endógenos e na atração de iniciativas inovadoras e de elevada especialização tecnológica – Revitalização e reconversão do Complexo Agro- industrial do Cachão; UOPG2- Campus Tecnológico; UOPG6- Nova zona industrial de Mirandela
Desenvolvimento de projetos turísticos em solo rural privilegiando a recuperação e requalificação de edifícios e espaços de especial interesse patrimonial, cultural ou paisagístico	<ul style="list-style-type: none"> A proposta de Plano incentiva o desenvolvimento turístico generalizado no concelho. O regulamento do Plano prevê a possibilidade de instalação de diversas tipologias de empreendimentos turísticos na generalidade das categorias de solo rústico, com condições particularmente favoráveis à instalação de empreendimentos de TH e TER em edifícios existentes.
Assegurar que os novos empreendimentos turísticos, pela sua localização ou intensidade, não coloquem em causa os valores ecológicos do município	<ul style="list-style-type: none"> O regulamento do Plano prevê um conjunto de normas relativas à sustentabilidade e eficiência ambiental na instalação de empreendimentos turísticos em solo rústico.
FCD 4 – QUALIDADE AMBIENTAL	
Determinar medidas para incentivar a recolha seletiva e ampliar a sua abrangência às embalagens e bioresíduos	<ul style="list-style-type: none"> Não sendo uma ação do âmbito do Plano, reconhece-se a importância de o município melhorar o seu desempenho em matéria de resíduos urbanos, tendo-se considerado esta temática no âmbito da definição dos indicadores de monitorização.
Manter livre de qualquer construção ou outras obstruções à circulação das águas a área sujeita a inundações e garantir o cumprimento das condicionantes do Domínio Hídrico	<ul style="list-style-type: none"> O regulamento do Plano prevê um conjunto de normas que acautelam a prevenção do risco de inundações ou cheias, cartografando as áreas de maior sensibilidade na Planta de ordenamento- Proteção e Salvaguarda.

Assegurar a recolha e o tratamento adequado de todos os efluentes com origem nas áreas urbanizadas e nas zonas industriais	<ul style="list-style-type: none"> O regulamento do Plano reforça a exigência de cumprimento da legislação em vigor, integrando normas que garantam a adequada recolha e encaminhamento para tratamento dos efluentes domésticos e industriais.
Garantir o cumprimento de todas as medidas destinadas à melhoria do desempenho ambiental de estabelecimentos industriais isolados e de pecuárias	<ul style="list-style-type: none"> O regulamento do Plano reforça a exigência de cumprimento da legislação em vigor.
Aplicar medidas para redução de consumos de água, designadamente a utilização de equipamentos domésticos e de rega de classe de eficiência hídrica adequada	<ul style="list-style-type: none"> Não sendo uma ação do âmbito do Plano, reconhece-se a importância de melhorar a eficiência hídrica, tendo-se considerado esta temática no âmbito da definição dos indicadores de monitorização
FCD 5 – ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E RISCOS	
Fomentar a produção de energia a partir de fontes de energia renovável	<ul style="list-style-type: none"> O regulamento do Plano dispõe de regulamentação favorável à instalação de unidades de produção e aproveitamento de energia renovável
Garantir que os edifícios novos ou remodelados possuem elevada eficiência energética, utilizando equipamentos que promovam a utilização sustentável da energia	<ul style="list-style-type: none"> O regulamento do Plano reforça a exigência de cumprimento da legislação em vigor. Esta matéria será objeto de particular atenção em sede de revisão do RMUE, em curso.
Garantir que nas zonas inundáveis em solo urbano são cumpridos os condicionalismos definidos, designadamente no que respeita à edificação	<ul style="list-style-type: none"> O regulamento do Plano reforça a exigência de cumprimento da legislação em vigor, integrando normas que acautelam a prevenção do risco de inundações ou cheias, cartografando as áreas de maior sensibilidade na Planta de ordenamento-Proteção e Salvaguarda.
Deverá ser acautelada a ocupação na área do concelho que está sujeita a risco de cheia, por influência do rio Tua, conforme demarcada no PGRI	<ul style="list-style-type: none"> A Planta de ordenamento-Proteção e Salvaguarda tem cartografa a ARPSI de Mirandela, estando as normas do PGRI transpostas para o regulamento.
Garantir que a instalação de estabelecimentos RJPAG ocorra em espaços adequados, cumprindo os requisitos de segurança e o afastamento necessário a usos e atividades sensíveis	<ul style="list-style-type: none"> O regulamento do Plano reforça a exigência de cumprimento da legislação em vigor.